



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

SIMILARIDADE KEYNESIANA: no comportamento da política econômica no Brasil¹.

Fábio José Vieira da Silva².

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar um panorama do resultado das políticas públicas do governo federal, que se assemelham a teoria Keynesiana, um breve apanhado histórico dos governos desde 1950, demonstrando pontos que são relevantes para a comparação com a teoria e seus resultados, evidenciando as similaridades dentro do contexto da dinâmica política adotada no período exposto. Os cenários econômicos abordados trazem uma visão macroeconômica e seus desdobramentos, o comportamento adotado pelas autoridades do governo em relação aos seus antecessores, uma continuidade das políticas adotadas ou ruptura, para aplicação de outras vertentes econômicas, mas, com similaridades a teoria Keynesiana.

Palavras-chave: Estado, Moeda, Incerteza, Macroeconomia, Keynesianismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present an overview of the results of the federal government's public policies, which are similar to the Keynesian theory, a brief historical overview of the governments since 1950, demonstrating points that are relevant for comparison with the theory and its results, highlighting the similarities within the context of the political dynamics adopted in the period exposed. The economic scenarios discussed bring a macroeconomic vision and its developments, the behavior adopted by the government authorities in relation to their predecessors, a continuity of the policies adopted or rupture, for the application of other economic strands, but with similarities to Keynesian theory.

Keywords: State, Currency, Uncertainty, Macroeconomics, Keynesianism.

1 INTRODUÇÃO

Em uma abordagem panorâmica dos governos brasileiros desde 1950, podemos observar um comportamento de similaridade com a teoria Keynesiana, preocupação com a moeda, a incerteza dos investidores e a questão tempo, quando passamos a considerar o período de mandato eletivo da autoridade em exercício, o que leva esses gestores a buscar uma eficiência estatal dentro do prazo de mandato, que na atualidade é de quatro anos, diante deste cenário, iremos apresentar uma abordagem panorâmica dos resultados das políticas

¹ Artigo apresentado ao II ENCONTRO MARANHENSE ECONOMIA: **MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA:** Impactos, cenários e desafios. Requisito para Comunicação Oral.

² Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico, UFMA – fabiojvdasilva@gmail.com



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

positivas de governos e seus desdobramentos, considerando pontos que são relevantes.

A política econômica no Brasil passou por diversas fases, mas iremos demonstrar que apesar de várias mudanças e adoção de políticas diferentes, mas, a similaridade com a teoria Keynesiana, sempre esteve presente e mais evidente ainda, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde os pressupostos básicos da teoria, que são: moeda, incerteza e tempo, começam a ser trabalhada com uma atenção maior, atendendo aos interesses internacionais, levando o país a participar de algo grandioso, a globalização, que tem o foco na intervenção estatal na economia, pois, desde então, nota-se a presença de ações que podem ser pautadas na teoria Keynesiana, por se assimilar em seu comportamento.

Tal similaridade, também é notada nos governos anteriores ao de FHC, porém, não com um grau elevado de similaridade, o cenário internacional, ainda não exercia uma influência tão intensa quanto passou a ter após a globalização, pois, ao Brasil, ter que se subordinar aos interesses dos mercados internacionais. Tais ações, fez com que essa teoria, fosse aceita de forma impositiva pelas potências hegemônicas mundiais, que faz dos países periféricos subordinados de seus interesses, assim, os deixando sem muitas opções em detrimento da necessidade que o país tem de participar dessa economia mundial.

A economia mundial, trás consigo, exigências e particularidades, os países devem atender para poder participar e buscar o que melhor lhe convém dentro de um jogo de interesses, onde as periferias são o foco de extração de riqueza e recursos naturais, um país como o Brasil, tem alguns benefícios, por ser uma nação rica em recursos naturais e bem localizados na geopolítica mundial, estas vantagens competitivas, obrigam os governos a terem um cuidado especial com a macroeconomia, subordinada ao Estado, que por sua vez, sofre pressões internas e externas, tendo que tomar decisões buscando o equilíbrio dos interesses, com isso, será apresentado pontos relevantes das políticas econômicas dos governos brasileiros desde 1950 até a atualidade.

2 Pontos relevantes das políticas econômicas dos governos no Brasil.

Em uma economia cada vez mais política, a doutrina Keynesiana vem para somar com o pensamento do Estado que pode resolver tudo na economia, e ao longo do tempo, com o surgimento das dificuldades econômicas e situações na qual a economia encontra-se em crise, esse pensamento reverbera com força total. A busca pela melhor forma de funcionamento da



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

economia, seja com ou sem a intervenção do estado, não pode abrir mão da democracia que “[...] significa a imposição de limites ao domínio das instituições estatais â aí incluída a gestão "econômica", ou seja, a criação das condições para o jogo da acumulação privada e do enriquecimento [...]” (Belluzzo 1993, P. 205).

Mesmo em um Estado democrático de direito, ainda temos conflitos internos que nos levam a situações de desigualdades e exclusões, consequência do neoliberalismo, que deixa de herança para as sociedades, a má distribuição de renda, fruto de um sistema capitalista que tem na globalização econômica, seu principal viés explorador da mais valia e dos recursos naturais. Nesse contexto o Estado tem um papel preponderante na proteção dessas explorações, o que faz haver a necessidade de políticas públicas de igualdade e identidade que combatam ou no mínimo amenizem essa exploração, pois, “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza [...]” (SANTOS, 1995, p. 61).

Neste panorama, como amenizar o grau de exploração por parte da iniciativa privada que o Estado permite, podemos ter que, o uso dos tributos arrecadados de forma a beneficiar a sociedade como todo, é uma forma de compensação para as vítimas desta exploração, que tem na extrafiscalidade uma ferramenta que garantem direitos e uma forma de assegurar o financiamento de políticas públicas que diminua a diferença social ou “[...] como criadora de isenções, incentivos, desestimuladora de consumo de produtos ou atividades, apenas com um único objetivo: o de concretizar a justiça tributária social [...]” (SARAIVA; MENDONÇA, 2016, p. 111).

No modelo keynesiano, três pressupostos são básicos, são eles: a moeda, o tempo e a incerteza, estes determinam o investimento, sendo a moeda uma segurança em momentos de elevada incerteza do mercado, o tempo tem a função de regular os estoques de capital e a incerteza é o que podemos esperar do comportamento do mercado aliado ao inesperado, que é avaliado pela visão de mundo do investidor que permeia o mercado explorado por ele e o quanto estes acontecimentos podem impactar em seus rendimentos, com isso, temos que, o “[...] equilíbrio proposto pelos pós-keynesianos depende das expectativas de curto e longo prazo dos agentes [...]” (CASAGRANDE, 1993, p. 102).

No Brasil, o comportamento Keynesiano é antigo, pesquisas mostram que entre 1950 a 1979, o foco nas decisões era de cunho político com contribuições jurídicas, que culminou no crescimento exponencial do investimento público, com isso, para Reis (2008, p. 74) “[...]”



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

houve enorme expansão das empresas estatais e a construção de mecanismos variados para o seu financiamento, destacando-se a vinculação de tributos às suas receitas [...]”, a necessidade de consumo dessas empresas, permitiu utilizar as compras estatais para estimular a demanda e consentiu as empresas a utilizar sua capacidade produtiva ociosa e gerar receita e crescimento.

Nas décadas de 80 e começo dos anos 90, o cenário não era otimista e os resultados deixaram a desejar, um baixo desempenho no crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF), neste fenômeno foi observado uma relação com a demanda efetiva, o que para Grasel e Santana (2011, p. 112) é “[...] resultante do aumento da instabilidade (reduz a demanda efetiva pelo aumento da poupança para fins de precaução), na redução da massa e dos salários reais e dos gastos públicos [...]”, estes acontecimentos alteraram a dinâmica e inviabilizaram os investimentos, que por sua vez, não são realizados e em efeito cascata, atrapalham os investimentos em andamento.

O Brasil de 1995 a 2003, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tiveram algumas mudanças na macroeconomia, são elas; plano real, que sobrevalorizou a moeda nacional, abertura comercial, que se deu, em um cenário de um país despreparado, acarretando em desequilíbrio da balança comercial, levando ao aumento das importações, outro aspecto foi à utilização da taxa de juro como instrumento de controle da inflação, o que trouxe equilíbrio de forma temporária, o que deixou de consequência, foi que “[...] todos esses fatores tornaram-se fortes restrições à retomada do crescimento e desenvolvimentos econômicos e contribuíram para o fraco desempenho do PIB ao longo do Governo FHC [...]” (COSTA, 2005, P. 60).

Dentro deste contexto, o governo efetuou uma verdadeira reforma do Estado brasileiro, adotando políticas de privatizações, o que no momento parecia interessante, logo se constatou que grande parte das empresas vendidas, era em atividades estratégicas que possuíam boa lucratividade, aliado a isso, tem-se que, o plano era alterar o marco legal, criar ambiente político favorável à privatização e oferecer as empresas estatais a baixo custo, tinha-se então, o cenário propício para atração de capital em especial o estrangeiro, pois, para Rodrigues e Jurgensfeld (2019, p. 416) “[...] Os leilões revelaram o interesse do capital internacional em setores estratégicos e essenciais para a soberania do país [...]”, os setores mais oportunos eram os de serviços e exploração dos recursos naturais.

Outro ponto da reforma do Estado brasileiro foi a política de regulamentação dos setores por intermédio da criação de agências regulamentadoras, tendo como alvo, assegurar



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

que as empresas tivessem igual nível de competitividade no mercado, proteger os interesses dos consumidores, fomentar o investimento privado garantindo sua qualidade e rentabilidade, buscar o equilíbrio entre os stakeholders e seus clientes, evitando os abusos de poder econômico dentro das ações estabelecidas para a exploração do setor, pois, para Rothen e Barreyro (2008, p.131) “[...] as agências reguladoras, no discurso oficial, teriam como característica principal a autonomia em relação ao Estado [...]”, com isso, não sofreriam pressão do poder econômico dos stakeholders.

Também tivemos na década de 90, o início das políticas de transferência de renda, que tem por objetivo melhorar a distribuição de renda, por meio da renda per capita, que eleva os rendimentos da população e estimula o consumo de massa. No período alguns programas foram implantados, por exemplo; bolsa escola, que tinha por objetivo o controle e diminuição da desigualdade e pobreza extrema que, segundo Resende e Oliveira (2008, p. 261), utilizando a “[...] transferência de renda para as famílias pobres e a provisão de incentivos ao combate à pobreza futura, através do aumento da frequência escolar entre as crianças participantes [...]”, este programa visava o bem estar social.

Em outro momento, início do ano de 2003, agora o Brasil está sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou seu governo, garantindo a estabilidade do real, com políticas que segundo Ghiorzi (2005, p. 73) foram adotadas a “[...] elevação da taxa de juros, da meta para o superávit primário e do compulsório sobre depósitos à vista [...]”, garantindo assim a continuidade do modelo de gestão do governo anterior, no intuito de acalmar os ânimos do mercado, estas ações surtiram efeitos positivos, e permitiram o crescimento econômico por intermédio do controle da taxa de juros, mesmo em períodos de uma oscilação do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo do partido dos trabalhadores (PT) teve foco no social e o programa **Bolsa Família** é um exemplo de política adotada, este programa ganhou destaque pela envergadura que alcançou, uma grande parcela da população mais carente foi beneficiada, refletindo nos indicadores, o que levou a um resultado positivo quando comparado com a complexidade, paradigmas e implantação desta política pública, este programa “[...] combina a busca por crescimento, distribuição de renda e inclusão social, mostrando que, quando as políticas social e econômica estão alinhadas, o efeito de ambas é multiplicado [...]” (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 23).

Em outro momento do governo Lula, tivemos uma política pública semelhante à bolsa



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

família, o programa **Fome Zero**, que teve como diretriz, erradicar a fome no Brasil, este programa contou com uma especificidade, a contribuição para o desenvolvimento social, quando age de forma direta nas questões de insegurança alimentar, assim, elimina as causas do problema da fome, com isso, Souza (2006, p. 116) define que a raiz do projeto fome zero é a “[...] capacidade em congregar ações típicas de política social com uma ação de desenvolvimento [...]”, tais atitudes, culminaram na criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no ano de 2004.

Aliado a essas políticas, o governo Lula, estimulou a expansão do crédito a pessoa física, foi sancionada a **Lei no 10.820/2003**, conhecida como lei do consignado, que permitia empréstimos e financiamentos parcelados com desconto na folha de pagamento do funcionário, o que fez a propensão ao consumo se elevar, servindo para diminuir o abismo existente entre o sonho de consumo de um bem móvel ou imóvel e a classe trabalhadora, esta ação, gerou uma repercussão imediata, com redução das taxas de juros e flexibilização dos prazos de pagamentos dos contratos, assim “[...] esta combinação de fatores permitiu que consumidores, alijados do mercado, fossem incorporados [...]” (MORA, 2015, p.19).

Tivemos ainda a implantação de políticas de valorização do salário, que decorreu em um aumento real do salário mínimo, os resultados repercutiram com mais impacto, nas regiões norte e nordeste, por serem as áreas que concentram o maior número de pessoas com baixa renda, esta política contribuiu para o crescimento do mercado interno e estimulou a economia. A valorização dos salários acima da inflação, que foi conduzida pelas instituições de proteção aos trabalhadores, os sindicatos, por exemplo, que defenderam as reparações das perdas salariais no período, conseguindo vitórias importantes nas mesas de negociação, uma delas “[...] estabelecia como limite para o reajuste salarial dos funcionários públicos o índice de inflação acrescido de 1.5% por um período de 10 anos [...]” (OLIVEIRA; BRIDI; FERRAZ, 2011, p.49).

Na gestão do partido dos trabalhadores (PT), o controle da inflação veio por intermédio do regime de metas inflacionárias, considerando que a inflação é baseada em pressupostos que interferem na demanda, para se alcançar o controle desejado, foi utilizada a taxa Selic e também, políticas de austeridade, pois, segundo Barbosa (2012, p.54) o “[...] BACEN³ teve um excelente desempenho no controle da inflação, cumprindo rigorosamente as

³ Banco Central do Brasil



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

metas fixadas pelo CMN⁴ [...]”, o que permitiu uma desenvoltura mais evoluída da economia no período, estimulando os bancos a emprestar dinheiro para investimentos, estas ações, levaram o Brasil rumo ao crescimento econômico e uma inflação controlada.

Outro ponto favorável da política petista foi adotar a estratégia Keynesiana de estímulo ao consumo, que para Zerbielli (2016, p.41) “[...] teve um papel fundamental para o surgimento de uma dinâmica interna marcada pela dinamização e o crescimento econômico com base na expansão do mercado interno [...]” e aliado a isso, tivemos elevadas proporção de investimento público como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que resultou em um ambiente seguro para que o investimento privado também pudesse ser realizado, culminando em um mercado extremamente aquecido, permitindo que a economia reagisse de forma positiva, tais ações, contribuíram para que o Brasil pudesse avançar para além do econômico, o social.

Outro marco temporal foi à continuação do governo petista em 2011, mas, agora com a presidenta Dilma Vana Rousseff, que teve como pressuposto base, uma forte intervenção estatal na economia, com intenção de alargar o crédito para o mercado por intermédio dos bancos públicos e privados, no intuito de estimular o consumo e o investimento, porém, para Dweck e Teixeira (2017, p.37) tais medidas do governo tiveram uma “[...] atuação dos bancos públicos numa forte concorrência com os bancos privados, para reduzir os *spreads*⁵ bancários. [...]”, o que levou os bancos públicos a terem uma fatia maior de participação no mercado financeiro, o que poderia ser primeiro passo para uma ruptura com as regras da elite vigente.

Em um panorama político, tivemos como ponto positivo do governo Dilma Rousseff, o combate à corrupção, sancionando a **LEI N° 12.846** de 01 de agosto de 2013, que dentro de suas atribuições, fez com que não apenas o corrupto pague pelos seus atos, mas também, os corruptores passam responder criminalmente. Dentro de um comportamento heterodoxo, que visa o entendimento do padrão do funcionamento da corrupção a ser combatido, para Sá (2004, p.135) tal comportamento aponta que a “[...] corrupção pública nada mais é do que a quebra da confiança do agente (burocratas e políticos) na sua relação com o principal (a sociedade) [...]”, pois, para a heterodoxia, considera-se que o comportamento do agente, pode ser pautado na conduta dos que o cercam.

Outro marco do governo petista foi à queda na taxa de desemprego, a associação de

⁴ Conselho Monetário Nacional

⁵ É a diferença entre o que um banco paga de juros a um investidor e o que ele cobra de juros nos empréstimos.



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

políticas públicas como a Nova Matriz Econômica (NME) e teve por objetivo o estímulo da economia através dos gastos públicos, o que é puramente keynesiano e a outra medida, foi à desoneração da folha de pagamento, que reativou o investimento, protegeu empregos e estimulou a geração de novos postos de trabalho, assim, para Santos (2017, p.44) tais “[...] políticas públicas de emprego e renda permitiram a geração de mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades, por meio de investimentos em setores estratégicos [...]”, o que também proporcionou a oportunidade dos empregados que se encontravam informais de se formalizar.

Desta vez, em mais um transição de governo, que ocorreu através do impeachment e quem assume o poder é Michel Miguel Elias Temer Lulia, de pronto, o presidente toma atitudes para mudança do cenário de estagnação, uma delas é a desburocratização, que visa à eficiência da estrutura administrativa do Estado, o que nos deixa em desvantagens competitivas a nível mundial, mas, no intuito de reverter esta situação, surge a **Lei 13.726/2018**, que cria o Selo de Desburocratização e Simplificação, Tal ação, segundo Senado (2018, p.1) tem por propósito “[...] reconhecer e estimular projetos, programas e práticas que simplifiquem o funcionamento da administração pública e melhorem o atendimento aos usuários [...]”, estas medidas permitiram que as soluções tecnológicas, puderam ser escalares no governo.

Outro ponto de foco do governo foi à expansão da terceirização das atividades fins, com o objetivo de dinamizar a geração de empregos, tais intervenções, se fazem necessárias em detrimento da ressecção no período, o que exige medidas enérgicas e salutares para a economia, pois, para a expansão do numero de postos de trabalho nas empresas em momentos de crise severa é adoção de medidas de flexibilização de direitos, o que gera redução de despesas, para Oliveira et al. (2020, p.186) leva a empresa a “[...] minimizar custos com a mão de obra, encargos sociais, entre outros, consequentemente gerando mais contratações de profissionais através de uma terceirizada, prestadora de serviços, e assim gera mais empregos [...]”, com isso, reduz-se as taxas de desemprego e o Estado passa a ter apenas o papel da segurança e amparo social ao trabalhador.

Tivemos ainda como ponto positivo deste governo, o equilíbrio da taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia (SELIC), o que ajudou o mercado nacional a se fortalecer, fazendo com que os investimentos pudessem ser retomados, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) registrou uma SELIC de 14,25% aa, no início do



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

mandato de temer, o que não é nada animador para as atividades econômicas, com tudo, foi contornado e o governo conseguiu reduzi-la, para patamares longe dos ideais, mais palatáveis para a realidade inflacionaria do período, com isso, Advfn (2018, p.1) informa que “[...] na última reunião de 2018, o Comitê de Política Monetária decidiu manter a taxa básica de juros da economia em 6,5% ao ano [...]”, entregando este cenário para o novo governo, que assume em 2019.

3 Cenário atual brasileiro

O governo de Jair Messias Bolsonaro teve início em 2019 e está em andamento, administra uma inflação acumulada até setembro de 2021 um percentual de 10,25% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2021, p.1), que foi impulsionado pelas altas dos combustíveis, alimentação, energia elétrica, dentre outros. A inflação tem o poder de corroer ganhos adicionais na renda da população, reduzindo o poder de compra e obrigando o governo a tomar medidas de combate, por exemplo; aumento da SELIC, resultando em desestímulo a atividade econômica, o que pode ocasionar um cenário de incerteza para os investidores, fazendo com que os mesmos deixem de investir por terem poucas expectativas positivas.

Em contra partida, para controlar a inflação, tomou-se medidas enérgicas, Brasil (2021, p.1) informa que “[...] o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic - juros básicos da economia - de 5,25% para 6,25% ao ano [...]” em setembro de 2021, tais medidas, geram esfriamento da atividade econômica, pois, quando sobe a SELIC, sobe também as taxas de juros dos financiamentos, cartões de crédito e empréstimos, o que leva a retração do consumo, com isso, o impacto negativo na economia, pode causar danos graves, pois, a recuperação é lenta e depende da capacidade de investimentos do capital privado e dos gastos do governo. A SELIC tem um papel de servir de referência para outras taxas de juros da economia, o que aumenta seu grau de importância para o governo.

A SELIC aliada ao câmbio, torna-se uma importante ferramenta para atração do capital estrangeiro, algo que o atual governo está buscando, a política de desvalorização da moeda para aumento das exportações, está impulsionando alguns setores da economia que exploram commodities, levando o país para reprimarização, pois não há políticas para potencializar a indústria nacional, a ponto de concorrer no cenário internacional. O dólar teve



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

um percentual de crescimento elevado, segundo Poder 360 (2021, p.1) está cotado a “[...] R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo de Jair Bolsonaro [...]”, essa desvalorização do real frente ao dólar, permite que Brasil se torne competitivo e consiga exportar mais obtendo assim superávit na balança comercial.

Devemos observar neste cenário, que todos os esforços voltaram-se para entregar a este governo uma governança segura, com controle dos gastos públicos e por este motivo, o governo de Michel Temer empenhou-se para aprovação da **Emenda Constitucional Nº 95**, de 15 de Dezembro de 2016, demonstrando a preocupação e a responsabilidade com os gastos públicos durante 20 anos, porém, não imaginava-se que a pandemia da covid-19 estava por vir, trazendo desafios econômicos, o que obriga a sociedade a repensar o teto de gastos, pois para D’agostini (2020, p. 25) “[...] o caos social está comprado caso a EC nº 95 permaneça em execução, uma vez que a economia demorará muito mais tempo para se recuperar, assim como o mercado de trabalho [...]”, por consequência do congelamento dos gastos públicos, tornando-se impedimento para um realinhamento de programas de distribuição de renda.

4 Conclusão

O presente artigo tem por objetivo, apresentar as similaridades com as teorias Keynesianas no Brasil dentro do contexto histórico e atual. Tal teoria tem como pilar, a intervenção do Estado na econômica, então, dentro desse cenário, percebem-se algumas similaridades presente no país desde a década de 1950, quando o Estado, era o motor do desenvolvimento brasileiro, com investimentos públicos e gerador de empregos, fomentador do capital nacional e também responsável pela distribuição de renda, tais ações de uso do Estado, são abordagens da teoria Keynesiana.

Em uma construção contínua da realidade econômica brasileira ao longo do tempo, tivemos mudanças significativas nos anos 90, com FHC, que estabilizou a moeda frente ao dólar, diminuiu o Estado com políticas de privatizações para torná-lo mais eficiente e também organizou os mercados setorizando e criando as agências reguladoras que por sua vez, são responsáveis por elaborar normas e regras que regem o mercado, com isso, tem-se segurança empresarial e ambiente propício para investimento e redução da incerteza, por fim, o governo FHC implanta no país os primeiros programas de distribuição de renda de forma direta a população mais carente, vale gás, bolsa escola, são exemplos destes programas, tais ações,



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

demonstram o alinhamento com a teoria Keynesiana, quando organiza e usa o Estado em prol do benefício social.

Dando continuidade a este modelo de gestão, tivemos o governo Lula, que continuou garantindo a estabilidade da moeda, estimulou o consumo pela expansão do crédito, crescimento real dos salários com políticas valorização salarial acima da inflação, controle da inflação pela taxa de juros, programas de investimento públicos como o PAC, expandiu os programas de distribuição de renda exemplo: o programa bolsa família, que faz transferência de renda direta a famílias mais pobre e lutou pela erradicação da fome no país, com o programa Fome Zero, as ações deste governo, demonstram uma ampla similaridade Keynesiana, quando o Estado torna-se forte e agente de transformação socioeconômico.

Ainda no governo petista, tivemos a presidente Dilma, que buscou também no estímulo ao consumo, utilizando os bancos públicos, impulsionando crédito a população, outra política pública adotada, foi à Nova Matriz Econômica, que obteve de resultado, a redução na taxa de desemprego, o que podemos identificar como uma busca pelo pleno emprego, outro ponto de destaque, foi o combate à corrupção, que por sua vez, torna o Estado mais eficiente, estas ações, apresentam uma similaridade Keynesiana, quando tange o pleno emprego e eficiência do Estado, ambos são aspectos abordados na teoria, potencializam a utilização do Estado como responsável por tais mudanças.

No pós-governo PT, tivemos Michel Temer, também adotou políticas que visam a eficiência do Estado, através das medidas de desburocratização, da mesma forma, assumiu política pública que possivelmente levariam ao pleno emprego, quando retira direitos dos trabalhadores e amplia a terceirização em atividades fins, por meio da reforma trabalhista 2017, no intuito de baratear os custos de mão de obra e expandir os postos de trabalho, aliado a estas ações e com interesse em fomentar o investimento privado, reduziu a taxa de juros, esses critérios adotados pelo governo, são de similaridade Keynesiana, pois em todas estas articulações é de extrema importância a presença firme do governo.

O cenário atual, já no governo Jair Bolsonaro, mostra a luta travada entre inflação e taxa de juros, aliado a isso, tem ainda o desafio do teto de gastos em meio à pandemia da covid-19 que elevou os gastos do governo. O teto de gastos, impede o crescimento do Estado, limita o desenvolvimento, tornando-se barreira para o investimento privado e deixa o Estado sem tração, o que acaba por resultar em uma economia estagnada e em crise, este panorama evidencia a dificuldade que o governo tem para alocar capital político e reverter o cenário,



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

estas ações, vão contra a teoria Keynesiana, pois a mesma prega um Estado tracionado e impulsionador além do fato da inflação agir sobre a oferta e a taxa de juro sobre a demanda, o que coloca o governo atual em um contexto de desvantagem econômica e política.

Todas estas ações demonstram que as similaridades com a teoria Keynesiana é muito presente na economia brasileira ao longo do recorte histórico apresentado e quando o governo tem um comportamento contrário, o resultado tende a levar ao cenário de estagnação e crise. O alcance dos resultados das políticas públicas adotadas pelos governos desde os anos 50 apontam para a eficácia da teoria, quando atingem soluções positivas e satisfatórias, o que nos leva a entender o grau de importância da intervenção do Estado na economia, como uma espécie de Simbiose, uma relação diretamente ligada à questão da recuperação econômica e a distribuição de renda.

REFERÊNCIAS

ADVFN, Brasil. Evolução da Taxa Selic em 2018: veja abaixo um resumo sobre todas as reuniões do copom em 2018.. Veja abaixo um resumo sobre todas as reuniões do Copom em 2018. 2018. Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil, com cotações da Bovespa e BM&F. Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic/2018>. Acesso em: 24 out. 2021.

BARBOSA, Fernando de Holanda. O Banco Central no Governo Lula. Revista Economia & Tecnologia, [S.L.], v. 7, p. 49-54, 7 maio 2012. Anual. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v7i0.26878>.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello; Economia, estado e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 1993, n. 28-29 [Acessado 28 Setembro 2021] , pp. 201-208. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100008>>. Epub 21 Jan 2011. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100008>.

BRASIL, Agência. Copom eleva juros básicos da economia para 6,25% ao ano: decisão era esperada pelo mercado financeiro. Decisão era esperada pelo mercado financeiro. 2021. Publicado em 22/09/2021 - 18:37 Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília Atualizado em 22/09/2021 - 18:49. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-09/copom-eleva-juros-basicos-da-economia-para-625-ao-ano>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10820-17-dezembro-2003-497441-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 30 Out. 2021.



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021



BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12846-1-agosto-2013-776664-norma-12846-pl.html>. Acesso em: 30 Out. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.726 de 8 de outubro de 2018 Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13726-8-outubro-2018-787227-publicacaooriginal-156547-pl.html>. Acesso em: 30 Out. 2021.

CAMPELLO, Tereza Helena Gabrielli Barreto; NERI, Marcelo Côrtez. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2013. 494 p. (978-85-7811-186-1).

CASAGRANDE, Elton Eustáquio. AS TEORIAS KEYNESIANAS DO INVESTIMENTO. 1993. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Empresas, Departamento de Administração, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993. Cap. 4.

COSTA, Ágata Flávia. ANÁLISE DA CRÍTICA PÓS-KEYNESIANA À POLÍTICA ECONÔMICA ADOTADA NO GOVERNO FHC (1994-2002). 2005. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 5.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Instituto de Economia, Campinas, v. 1, n. 303, p. 1-42, 2017.

D'AGOSTINI, Luciano Luiz Manarin. PANDEMIA DO COVID-19 E A URGÊNCIA DA EXTINÇÃO DO TETO DOS GASTOS. A Economia em Revista, [s. l], v. 28, n. 2, p. 11-29, 2020. Anual.

GHIORZI, Jorge Barrozo. POLÍTICA MONETÁRIA DOS GOVERNOS FHC E LULA. 2005. 78 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Cap. 4.

GRASEL, Dirseu; SANTANA, Edvaldo Alves de. Os modelos de keynes e kalecki e o investimento produtivo na Brasil: 1980/90. Departamento Economia, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 87-116, 2011. Anual.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. Inflação: ipca acumulado de 12 meses. IPCA acumulado de 12 meses. 2021. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 24 out. 2021.

MORA, Mônica. A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL ENTRE 2003 E 2010. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-66, 2015. Anual. ISSN 1415-4765.



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios



10 e 11 de Novembro de 2021

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte - Mg: Fino Traço Editora Ltda, 2011. 401 p.

OLIVIERA, Claudia Sobreiro de et al. Elas na Advocacia. Porto Alegre: Ordem dos Advogados do Brasil - Oab/Rs, 2020. 872 p. (978-65-00-00058-0). CDU: 347.965.

Poder 360. Dólar está em R\$ 5,38 e já subiu 39% desde o início do governo Bolsonaro: quando iniciou a administração atual, em 1º de janeiro de 2019, a moeda norte-americana estava cotada em r\$ 3,87. 2021. DOUGLAS RODRIGUES 21.ago.2021 (sábado) - 6h00. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/dolar-atinge-r-57-e-salta-27-na-semana/>. Acesso em: 24 out. 2021.

REIS, Cristina Fróes de Borja. Investimento público e desenvolvimento econômico: análise aplicada ao brasil entre 1950 e 2006, com base em uma perspectiva teórica keynesiana e estruturalista. Revista de Economia Heterodoxa, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 53-77, 2008. Anual. ISSN 1808-0235.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Avaliando Resultados de um Programa de Transferência de Renda: o impacto do bolsa-escola sobre os gastos das famílias brasileiras. Estado Econômico, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, 2008. Anual.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de collar ao primeiro governo fhc). Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2, p. 393-420, 2019.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação da educação superior, reforma do Estado e agências reguladoras nos governos FHC. Revista Espaço Pedagógico - Rep, Passo Fundo, v. 15, n. 1, p. 120-134, 2008. Anual.

SÁ, Luís Filipe Vellozo Nogueira de. ECONOMIA DA CORRUPÇÃO, INSTITUIÇÕES E CONVENÇÕES: as perspectivas ortodoxa e heterodoxa. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004. Cap. 5.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. Oficina do CES: Centro de Estudos Sociais, Coimbra - Portugal, v. 1, n. 1, p. 1-63, 1995. Anual.

SANTOS, Suzana de Sousa. ANÁLISE DO PANORAMA DO EMPREGO FORMAL NO PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: ajuste fiscal e mercado de trabalho. 2017. 47 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão das Políticas Públicas, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé - Pb, 2017. Cap. 6.

SARAIVA, Flávia Carvalho Mendes; MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo e. A



II ENCONTRO MARANHENSE DE ECONOMIA

MARANHÃO E BRASIL PÓS-PANDEMIA: impactos, cenários e desafios

10 e 11 de Novembro de 2021



Extrafiscalidade Como Política Pública Garantidora dos Direitos Fundamentais. Conhecer: debate entre o público e o privado, Fortaleza - Ce, v. 6, n. 16, p. 91-119, 2016. Anual.

SENADO, Agência. **Entra em vigor lei que simplifica contato entre cidadão e poder público** Fonte: Agência Senado. 2018. ATUALIZADO EM 23/11/2018, 19h01. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/23/entra-em-vigor-lei-que-simplifica-contato-entre-cidadao-e-poder-publico>. Acesso em: 23 out. 2021.

SOUZA, Luciana Rosa de. UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO PROGRAMA FOME ZERO COMO UMA POLÍTICA SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Cap. 6.

ZERBIELLI, Adriano Gustavo. Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do brasil no governo lula. Contra Ponto, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 23-43, 2016. Anual.